



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpelação Escrita

O Chefe do Executivo, Chui Sai On, incluiu a habitação e os transportes no primeiro capítulo do Programa Político Eleitoral para a sua recondução, no qual refere que vai lutar pela conclusão, até 2019, da maior parte das infra-estruturas da Zona A dos novos aterros e de uma parte da construção das habitações públicas até 2020.

Não restam dúvidas de que a resolução dos problemas de habitação é uma tarefa importante na qual a população deposita grandes expectativas, e a sua concretização tem implicações ao nível do sucesso do Chefe do Executivo e do bem-estar da população. O mandato do Chefe do Executivo tem uma duração de cinco anos, portanto, o 4.º mandato decorre entre 2014 e 2019, assim sendo, o referido Programa apresenta grande ambiguidade, quando por exemplo, se promete a conclusão “ de uma parte da construção das habitações públicas na Zona A (dos novos aterros) até 2020.”. Primeiro, em 2020 já terminou o 4.º mandato do Chefe do Executivo, e se esse compromisso não for honrado até essa altura, a quem se exigem responsabilidades? Segundo, o que significa, em concreto, “uma parte”? De acordo com a recente decisão política do Chefe do Executivo, vão ser construídas 28 000 fracções de habitação pública na Zona A dos novos aterros, então, o que significa a conclusão de “uma parte” delas até 2020? Afinal, quantas são, em concreto? É de espantar que uma política tão importante seja definida sem fundamento em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dados e critérios. Se o referido Programa fosse apresentado por um candidato qualquer, só poderíamos questionar a sua viabilidade depois de algum tempo de exercício de funções, mas neste caso trata-se da recondução do actual Chefe do Executivo, e é natural que a população tenha mais expectativas quanto à concretização dos compromissos assumidos.

Segundo as informações divulgadas pelo Governo, a conclusão das obras de aterro na Zona A está prevista para 2016. As obras de aterro devem incluir vários planos em simultâneo, (o plano urbanístico e o plano de construção de habitações, por exemplo), e depois de estarem concluídas, deve iniciar-se logo a construção das 28 000 fracções de habitação pública. Segundo a Lei da Habitação Económica, só depois de o Governo concluir o plano de construção das habitações (incluindo a localização, quantidade e tipologia) é que pode ser aberta a candidatura para a habitação económica, ou seja, em 2017, neste caso. Tomando como referência o ritmo de andamento da construção do complexo de habitação pública em Seac Pai Van, que demorou 24 meses e incluiu três grandes edifícios (os edifícios Koi Nga, Lok Kuan e Ip Heng), as 28 000 fracções de habitação pública na Zona A dos novos aterros deverão estar concluídas em 2019, portanto, a tempo de serem inauguradas pelo Chefe do Executivo antes do termo do seu mandato, e de ficarem registadas na história como sucesso seu. Entretanto, o Chefe do Executivo afirmou, recentemente, que a candidatura para as referidas 28 000 fracções terá lugar em 2019, e a conclusão das obras entre 2022 e 2023, um cheque pré-datado com um prazo muito longo. Um ano já é muito tempo para quem tem dificuldades habitacionais, portanto, ter de esperar oito ou nove anos até



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ao aumento da oferta de habitações económicas é uma situação que não passa pela cabeça de ninguém. Então, tendo em conta a sua recondução, encurtou-se o prazo do tal cheque pré-datado e promete-se a conclusão “ de uma parte da construção das habitações públicas na Zona A (dos novos aterros) até 2020.”, numa tentativa de saciar a sede enquanto se pensa em ameixas.

Assim sendo, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. A conclusão das obras de aterro na Zona A está prevista para 2016. E segundo a Lei da Habitação Económica, só depois de o Governo concluir o plano de construção das habitações é que pode ser aberta a candidatura para a habitação económica. Assumindo o princípio de que o Governo se preocupa com aquilo que de facto preocupa a população, a referida candidatura deve ser aberta em 2017 e não em 2019, tal como afirmou o Chefe do Executivo. Qual é a razão disto?
2. A conclusão das obras de aterro na Zona A está prevista para 2016. As obras de aterro devem incluir vários planos em simultâneo, (o plano urbanístico e o plano de construção de habitações económicas, por exemplo), e depois de estarem concluídas, deve iniciar-se desde logo a construção das 28 000 fracções de habitação pública. Tomando como referência o ritmo de andamento da construção do complexo de habitação pública em Seac Pai Van, que demorou 24 meses e incluiu três grandes edifícios, as 28 000 fracções de habitação pública na Zona A dos novos aterros deverão estar concluídas em 2019. O Chefe do Executivo afirmou, recentemente, que as referidas obras vão estar concluídas entre 2022 e 2023. Porquê? Não será isto um cheque pré-datado com um



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

prazo muito longo?

3. No que respeita à sua política de habitação pública, o Governo é intencionalmente lento a agir, nomeadamente ao nível do planeamento dos terrenos e da construção, portanto, a conclusão dos trabalhos tem sido constantemente adiada. Afinal, qual é a opção do Governo, preocupar-se com aquilo que de facto preocupa a população ou ser inimigo da população?

17 de Setembro de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Au Kam San**